

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.506.228.224,83	-
Pessoal Ativo	3.893.760.851,66	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.612.467.373,17	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.768.172.597,33	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	17.312.160,94	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	286.959,71	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	50.457.649,92	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.612.467.373,17	-
Ajuda de Custo pago aos parlamentares - art. 27 Lei 9.527/1997	0,00	-
Imposto de renda	87.648.453,59	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.738.055.627,50	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		3.738.055.627,50
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		7.672.817.715,07
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		48,72
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%		4.603.690.629,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 95%		4.373.506.097,59
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%		4.143.321.566,14

Fonte: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

26/09/2014 12:25

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado de MS
CPF: 005.983.059-04

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda
CPF: 799.453.091-53

TATIANA SILVA DA CUNHA
Auditora-Geral do Estado
CPF: 609.820.551-53

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.481.275.192,21	-
Pessoal Ativo	3.089.999.153,83	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.391.276.038,38	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.435.967.609,30	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.160.472,71	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	286.959,71	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	30.244.138,50	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.391.276.038,38	-
Ajuda de Custo pago aos parlamentares - art. 27 Lei 9.527/1997	-	-
Imposto de renda	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.045.307.582,91	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		3.045.307.582,91
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		7.672.817.715,07
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		39,69
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		3.759.680.680,38
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 95%		3.571.696.646,37
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%		3.383.712.612,35

Fonte: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

26/09/2014 12:26

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado de MS
CPF: 005.983.059-04

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda
CPF: 799.453.091-53

TATIANA SILVA DA CUNHA
Auditora-Geral do Estado
CPF: 609.820.551-53

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	8.421.756.060,86	8.376.569.238,57	8.327.317.537,13	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	7.872.272.707,69	7.853.890.472,50	7.842.091.857,14	-
Interna	7.087.787.487,82	7.103.084.196,00	7.094.529.089,04	-
Externa	784.485.219,87	750.806.276,50	747.562.768,10	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	549.483.353,17	522.678.766,07	485.225.679,99	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)¹	1.071.002.686,70	1.366.811.219,09	1.443.066.659,17	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.403.860.341,01	1.473.434.708,98	1.547.396.318,46	-
Demais Haveres Financeiros	13.523.165,92	1.758.757,80	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	346.380.820,23	108.382.247,69	104.329.659,29	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	7.350.753.374,16	7.009.758.019,48	6.884.250.877,96	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.178.004.619,54	7.458.205.425,64	7.672.817.715,07	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	117,33	112,31	108,53	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	102,41	93,99	89,72	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	14.356.009.239,08	14.916.410.851,28	15.345.635.430,14	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	12.920.408.315,17	13.424.769.766,15	13.811.071.887,13	-

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	7.872.272.707,69	7.853.890.472,50	7.842.091.857,14	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	94.957.148,97	94.638.421,67	94.382.043,60	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	94.957.148,97	94.638.421,67	94.382.043,60	-
Previdenciárias²	19.973.849,92	19.348.245,64	18.721.265,90	-
Demais Contribuições Sociais	74.983.299,05	75.290.176,03	75.660.777,70	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	1.341.934.092,60	1.301.119.207,58	1.633.567.357,91	-
Interna	557.448.872,73	550.312.931,08	886.004.589,81	-
Externa	784.485.219,87	750.806.276,50	747.562.768,10	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	6.435.381.466,12	6.458.132.843,25	6.114.142.455,63	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	9.394.046,04	588.394,53	588.394,53	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	72.841.218,28	294.575.508,26	217.408.271,06	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	51.406.023.902,42	51.406.023.902,42	51.406.023.902,42	-
Passivo Atuarial	51.406.023.902,42	51.406.023.902,42	51.406.023.902,42	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X)¹	-	18.993.175,50	26.742.394,12	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.742.775,81	20.124.524,40	2.771.471,90	-
Investimentos	-	-	25.086.435,40	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	10.393.631,38	1.131.348,90	1.115.513,18	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	(1.650.855,57)	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	51.406.023.902,42	51.387.030.726,92	51.379.281.508,30	-

FONTES: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

² No segundo quadrimestre existe uma diferença de R\$ 479,57, entre o valor apresentado e o valor informado pela CCONV, pois a SETAS não efetuou a baixa do pagamento do parcelamento do INSS.

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente²	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	294,23%	94,23%	6,28%	278,18%	286,19%	310,34%	292,91%	280,05%	266,64%	263,45%	242,73%	231,60%
% Limite de Endividamento	294,23%			287,95%			281,67%			275,38%		
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	213,82%	216,16%	201,10%	194,82%	184,49%	181,12%	165,87%	153,06%	148,30%	133,45%	124,19%	115,27%
% Limite de Endividamento	269,10%			262,82%			256,54%			250,26%		

Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	110,56%	108,62%	114,24%	117,42%	118,15%	121,59%	120,06%	113,93%	113,14%	102,24%	104,85%	105,40
% Limite de Endividamento	243,97%			237,69%			231,41%			225,13%		

Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	96,26%	93,91%	102,41%	93,99%	89,72%							
% Limite de Endividamento	218,85%			212,56%			206,28%			200,00%		

FORNTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

² O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado de MS
CPF: 005.983.059-04

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda
CPF: 799.453.091-53

TATIANA SILVA DA CUNHA
Auditora-Geral do Estado
CPF: 609.820.551-53

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	17.038.263,85	15.918.395,64	15.813.840,33	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	17.038.263,85	15.918.395,64	15.813.840,33	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	17.038.263,85	15.918.395,64	15.813.840,33	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	7.178.004.619,54	7.458.205.425,64	7.672.817.715,07	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,24	0,21	0,21	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.579.161.016,30	1.640.805.193,64	1.688.019.897,32	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	1.421.244.914,67	1.476.724.674,28	1.519.217.907,58	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

26/09/2014 12:26

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

ANDRÉ PUCCINELLI

Governador do Estado de MS
CPF: 005.983.059-04

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO

Secretário de Estado de Fazenda
CPF: 799.453.091-53

TATIANA SILVA DA CUNHA

Auditora-Geral do Estado
CPF: 609.820.551-53

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
Tipo de operação	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	351.630.150,06	353.367.778,15
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial (Interna - SIGA/BNDES e Externa - Profisco)	1.630.150,06	3.367.778,15
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	350.000.000,00	350.000.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.672.817.715,07	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.227.650.834,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	1.104.885.750,97	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	537.097.240,05	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	353.367.778,15	4,61

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

Notas:

1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado de MS
CPF: 005.983.059-04

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda
CPF: 799.453.091-53

TATIANA SILVA DA CUNHA
Auditora-Geral do Estado
CPF: 609.820.551-53

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.738.055.627,50	48,72
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	4.603.690.629,04	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 95%	4.373.506.097,59	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	6.884.250.877,96	89,72
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.345.635.430,14	200,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	15.813.840,33	0,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.688.019.897,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.227.650.834,41	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	537.097.240,05	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Admin. Financ. do Estado de MS e RREO Outros Poderes - AGE - Auditoria-Geral do Estado

26/09/2014 12:27

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado de MS
CPF: 005.983.059-04

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda
CPF: 799.453.091-53

TATIANA SILVA DA CUNHA
Auditora-Geral do Estado
CPF: 609.820.551-53